

DILEMAS DA DEMOCRACIA NO BRASIL: A ASCENÇÃO DA EXTREMA-DIREITA PROVOCADA PELO MOVIMENTO BOLSONARISTA E A CRISE DE IDEOLOGIAS

Antonia Kândida Tavares Severo

Sumário: Introdução; 1. Uma Análise da Ascensão da Extrema-Direita e Movimento Bolsonaroista; 2. A Dáde Política: Direita e Esquerda; 3. Democracia ou Antidemocracia?; Conclusão.

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo os movimentos democráticos e antidemocráticos no Brasil, em especial ao cenário construído nas últimas eleições, em que há uma presença muito forte da extrema-direita. Bem como busca compreender os fatores de ordem política que propiciaram o surgimento do bolsonarismo que reúne características básicas do neofacismo. O problema da pesquisa busca identificar os efeitos causados pelo movimento bolsonarista, que contribuiu para a ascensão da extrema-direita somado a crise de ideologias, assim como os impactos causados a ordem democrática brasileira. O motivo do desenvolvimento do trabalho é a compreensão dos atores políticos e sociais que de tempos em tempos desequilibram a ordem democrática. O método usado é o dedutivo e se realizou mediante ampla consulta bibliográfica.

Palavras-chave: democracia; extrema-direita; bolsonarismo.

ABSTRACT

The object of this article is to study the democratic and anti-democratic movements in Brazil, especially the toxic scenario built in the last elections, in which there is a very strong presence of the extreme right. As well as seeks to understand the political factors that led to the emergence of Bolsonarism that brings together basic characteristics of fascism. The research problem seeks to identify the effects caused by the Bolsonaroist movement, which contributed to the rise of the extreme right in addition to the crisis of ideologies, as well as the impacts caused to the Brazilian democratic order. The reason for the development of the work is the understanding of the political and social actors that from time to time unbalance the democratic order. The method used is deductive and was carried out through extensive bibliographical consultation.

Keywords: democracy; extreme right; Bolsonarism.

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que o regime da democracia apresenta instabilidade diante de interferências de ordem política, econômica e social. Ter uma democracia estável significa que o tripé ora citado está em inteira sincronização¹ (KELSEN, 2000, p. 101).

¹Kelsen (2000) ajuda a explicar o porquê da instabilidade nos regimes das democracias, a resposta pode ser resumida no seguinte sentido: só se poderiam questionar tais instabilidades onde se tem

Daí o desafio da democracia brasileira, que além de ser jovem possui características de inconstância e fragilidade.

Neste sentido, este artigo tem o objetivo de abordar a partir de recortes históricos, em especial a partir de 2013, os aspectos que contribuíram para o fortalecimento e retrocesso do sistema democrático brasileiro. Diante disso, o problema de pesquisa busca a compreensão do impacto causado à ordem democrática pelo efeito trazido pelo bolsonarismo e extrema-direita que se tornou destaque nos últimos períodos eleitorais.

Um dos impactos que provocou a instabilidade do estado democrático brasileiro consiste justamente na polarização intensificada pela crise de ideologias no país, seja da esquerda ou direita, contexto também a ser enfrentado pelo problema de pesquisa.

A relevância do presente trabalho encontra amparo diante da reconfiguração política instituída no Brasil. Ainda que a democracia tenha se estabelecido recentemente, tem sido objeto de crítica e até extinção enquanto regime. Cenário identificado pelas séries de manifestações populares antidemocráticas pedindo a volta do regime militar e fechamento do Supremo Tribunal Federal nos últimos anos.

O primeiro capítulo irá tratar da evolução do movimento da extrema-direita somada ao bolsonarismo. Apesar das primeiras aparições terem começado em 2013, o destaque foi expressivo nas últimas duas eleições para presidência da República. Assim, o presente estudo busca entender inicialmente a mobilidade desses grupos a partir de um recorte histórico, para pesquisar o quanto corroboraram para a descrença nas instituições democráticas, através da desinformação construída e o anti-intelectualismo criado.

O segundo capítulo abordará a crise de ideologias criada através da atmosfera tóxica construída com a ascensão da extrema-direita somada ao movimento do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, tal qual o “bolsonarismo”. O estudo acerca das ideologias merece destaque tendo em vista da enorme polarização construída nos últimos anos no país. Daí a importância de entender a intersecção entre o movimento bolsonarista da extrema direita e a repercussão produzida na direita e esquerda tradicional.

O último capítulo trará em discussão a democracia na qualidade de regime, com enfoque especial nos momentos em que se observa uma clara estabilidade, bem como

verdadeiras democracias, ou seja, onde tem incontestáveis universalidades e igualdades de direitos, como na Europa Ocidental e América.

diante dos momentos em que é notório o total retrocesso, tal qual o expressivo ambiente hostil criado na gestão do governo Bolsonaro.

O método de pesquisa adotado foi o dedutivo, pois parte-se de uma premissa genérica do estudo de acontecimentos, e seu desenvolvimento foi realizado a partir de ampla pesquisa bibliográfica, sendo obras de grande contribuição ou artigos científicos. Importante mencionar que dada à complexidade do tema, não pretende esgotar-se o estudo do tema no presente artigo.

1. UMA ANÁLISE DA ASCENÇÃO DA EXTREMA-DIREITA E MOVIMENTO BOLSONARISTA

De acordo com o Dicionário Jurídico o termo extrema-direita significa uma ideologia ou doutrina em que representa valores ou ideias radicais de caráter conservador para resolver problemas sociais (SIDOU, 2016, p. 272). Na extrema-direita há pouco espaço para discutir sobre democracia ou governar sobre pressupostos democráticos, já que prevalece o autoritarismo (NOBRE, 2022).

Ainda que o discurso feito por grupos radicais de extrema-direita sejam extremamente assustador, e tenha provocado vários prejuízos históricos, há nos últimos anos no Brasil um crescente número de pessoas e políticos que defendem ideias extremistas. É até difícil explicar sob a égide de uma Constituição Cidadã, a existência de uma crescente tendência em defender valores contrários aos direitos inerentes a dignidade humana.

Pois bem, em 2018 as vésperas das eleições presidenciais em que no mesmo ano foi eleito, o presidente Jair Messias Bolsonaro, foi realizada uma pesquisa pelo Jornal Datafolha em que se demonstrou que 32% das pessoas entrevistadas acreditam que houve mais realizações positivas durante o regime militar (1964 a 1985) do que o período pós redemocratização, 23% concordaram com a censura a liberdade de expressão, 21% concordaram com o direito em o governo fechar o congresso nacional, 32% declararam que concordam com o direito de prender suspeitos de crimes sem autorização do judiciário (Datafolha, 2018).

Em 2020, foi feita uma pesquisa no mesmo sentido, e para os defensores do ex-presidente Bolsonaro, 43% acreditam que a ditadura militar deixou mais realizações positivas, e dentre os entrevistados 13% sequer acreditam que houve uma ditadura militar. Na mesma entrevista 49%, não sabem o que foi o AI-5, que cerceou diversas liberdades básicas (Datafolha, 2020).

Os dados são intrigantes, porque é perceptível que ao mesmo tempo em que o movimento bolsonarista foi responsável pela ascensão da extrema-direita no país, já havia um movimento de valores contraditórios em relação à democracia instituída com a Constituição de 1988. Esse movimento de extrema-direita que começou a ganhar mais espaço em 2013, ainda durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, tomou maior proporção em 2018 quando se juntou a massa militante bolsonarista. Neste sentido, Santos (2021) diz:

Ainda que sua carreira política tenha se iniciado em 1989, como vereador da cidade do Rio de Janeiro e tenha atuado durante 27 anos como deputado federal pelo mesmo estado (1991-2018), a ascensão de Jair Bolsonaro ao centro do debate político no país remonta aos protestos de junho de 2013, quando sua figura começa a ser associada às demandas sociais pelo fim da corrupção. Nesse contexto de popularidade crescente, Bolsonaro passa a fazer aparições em programas de televisão de cunho humorístico e em pouco tempo ganha o status de “mito” entre seus apoiadores e começa a figurar como uma das principais lideranças políticas conservadoras. Além crescente projeção adquirida por Bolsonaro naquele contexto, os protestos de junho de 2013 marcam uma ruptura social no país, cujas consequências e desdobramentos, entre os quais se destacam a desconfiança generalizada de parte da população para com relação aos políticos e ao sistema representativo (ALMEIDA, 2019), ditariam o tom da política nacional dos próximos anos.

Ainda neste contexto, afirma Santos (2019):

Foi durante seu voto, enquanto deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), no processo que daria o prosseguimento do afastamento da então presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, que o político se consolida como um dos principais expoentes da extrema direita em âmbito nacional. Na ocasião, Bolsonaro justifica seu voto de apoio ao afastamento de Dilma em memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira pela prática de tortura durante a ditadura militar no país (1964-1985) e finaliza sua fala com a repetida frase “por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”, gerando reações de espanto e repúdio por parte da Ordem dos Advogados do Brasil e diversas organizações de direitos humanos (BARBA; WENTZEL, 2016), ao mesmo tempo em

que fazia crescer sua admiração entre aqueles que o apoiava anteriormente.

Ainda que o movimento de direita e extrema-direita seja um fenômeno global e no Brasil possua algumas similaridades com Donald Trump nos Estados Unidos, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Viktor Orbán na Hungria, e outros, como Narendra Modi na Índia e Recep Tayyip Erdoğan na Turquia, a extrema-direita bolsonarista possui características particulares (SANTOS 2019). Neste sentido o bolsonarismo pode ser entendido como:

Um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma **visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo**. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar a sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política, calcado na lógica do ‘contra tudo que está aí’, apesar de ele mesmo ser parte do establishment político desde 1988, quando disputou e venceu sua primeira eleição. (RAMOS *apud* FREIXO e PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 05).

De acordo com Santos (2019) o movimento neofacista² de extrema-direita, que foi fortalecido pelo bolsonarismo e, atualmente, parece ser um único e não dois movimentos foi uma matriz única. A principal “arma” que foi defendida pela política do ex-presidente Bolsonaro, foi o combate à corrupção e o antipetismo, já que sua candidatura em 2018, foi após o maior escândalo de corrupção no país com a operação *Lava Jato*. Logo esclarece Santos (2021):

Ao se apresentar como a única via possível para a recuperação da suposta “essencial nacional”, fragilizada pelos governos anteriores, Bolsonaro, ao mesmo tempo em que instrumentaliza a ideia de nação, definido-a e reafirmando-a de acordo com seus interesses político eleitorais, parece conseguir traçar uma fronteira dotada de grande legitimidade popular entre quem seria patriota (aliados) e quem seria antipatriota (adversários), como fica explícito em uma fala do então candidato, transmitida ao vivo para seus apoiadores na Avenida Paulista na semana que antecedeu o segundo turno das eleições, em que

² Para Sidou (2016), a extrema direita é um grupo partidário das doutrinas inspiradas no fascismo. Na atualidade usa o termo neofascismo por justamente possuir características novas e diferentes do fascismo tradicional.

exclama: “Nós somos o Brasil de verdade! Junto com esse povo brasileiro, construiremos uma nova nação! [...] Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria!

Não obstante seu discurso anticorrupção tenha fortalecido o crescente número de adeptos a extrema-direita, seus ideais conservadores³ foram determinantes para se fortalecer mais ainda no jogo político de 2018. De acordo com Ramos (2020) os principais ingredientes para fortalecer o bolsonarismo foram a promessa de recuperação moral e material do Brasil. Neste sentido diz:

No campo moral, destacam-se o combate à corrupção, a valorização da família tradicional e do mérito individual, e o distanciamento de toda e qualquer pauta considerada como progressista. Na esfera material, sustenta-se que a recuperação econômica do país se operacionalizará a partir da adoção de ações liberais. O conservadorismo moral alia-se ao liberalismo econômico na cartilha bolsonarista (RAMOS, 2020).

“Deus, pátria e família”! Referido tema traz consigo três expressões que são muito caras em qualquer sociedade, mas que juntas e em um determinado contexto, corroem a democracia. Assim como o fascismo de Benedito Mussolini, Jair Messias Bolsonaro utilizou deste tema, manipulando pautas morais, religiosas e o nacionalismo. Daí surgiu o nacionalismo imoderado, apenas a religião cristã como verdadeira, declarações preconceituosas à raça e gênero, e a destituição dos direitos humanos como valor universal, mas sim direito individual diante de juízo de merecimento (RAMOS, 2020).

Ao ser eleito como presidente da república e iniciar seu mandato em 2019, sua gestão corroborou mais ainda para o fortalecimento da extrema-direita. Isso porque seu governo foi marcado por uma postura golpista e um intenso embate com o Supremo Tribunal Federal, com diversos tipos de ameaças, bem como incitação de inúmeras vezes

³ Segundo Ramos *apud* Andrew Heywood, *retém-se que o conservadorismo reverencia a tradição, considerada como um conjunto de valores que mantém a coesão de um determinado corpo social (idem, p. 107) A valorização da tradição é diretamente proporcional à recusa a mudanças aportadas por movimentos progressistas. A crença filosófica em uma imperfeição humana torna, para os conservadores, os seres humanos em indivíduos naturalmente fracos que buscam a segurança, um senso de pertencimento e de familiaridade (Heywood, 2017, p. 108). A consecução desses objetivos, partilhados por todos os seres humanos, dependeria da perpetuação de valores tradicionais que, na visão conservadora, possibilitam a integração social e afastam toda a sorte de insegurança. Por isso a tradição adquire tamanha centralidade em ideologias políticas conservadoras.*

a população a desrespeitar ordens judiciais, consequentemente quebrando o pacto entre os três poderes, previsto no art. 2º, da Constituição Federal.

Como se não bastasse a política de discurso de ódio, a exaltação do regime militar, a perseguição de adversários políticos, a desinformação⁴ e as *fake News*, em 2020 e 2021 o globo inteiro teve que lidar com o desafio trazido pela pandemia da Covid-19. E foram durante os dois anos de pandemia que a população brasileira sofreu os piores efeitos de um governo de extrema-direita: o negacionismo, anti-intelectualismo⁵, e anti-ciência.

Essa postura gerou uma fatura que não teve fim, mesmo quando já se era reconhecido a pandemia pela Organização Mundial da saúde, o governo federal ainda estava “patinando” nas políticas sanitárias e preventivas de contágio do vírus. Houveram intensas divergências entre as medidas adotadas pelo governo federal, estados e municípios, sem contar na demora na compra vacina e o grande número de trocas de ministros da saúde, e tudo isso gerou um saldo expressivo de mortes de brasileiros, que poderia ter sido evitado se houvesse, durante esse período, uma postura estratégica e humana do ex-presidente Bolsonaro, enquanto presidente.

O contexto ora explorado, mostra que a extrema direita bolsonarista ganhou mais espaço tanto por reunir uma política de ruptura institucional, como também diante da postura passiva da população. Ainda neste sentido, o Prof. Marcos Nobre (2022) aponta outro fator como principal elemento para a ascensão do grupo de radicais durante a gestão de Bolsonaro, que foi seu constante ataque ao próprio Estado, ou seja, mesmo sendo o Chefe do poder executivo federal, sua postura era contra o sistema. Daí porque o movimento bolsonarista passou a ser chamado como neofacista, por fugir justamente da configuração comum de ideologias, Boto Jr (2019) diz:

Definimos o movimento fascista como um movimento reacionário de massa e, seguindo Togliatti, a ditadura fascista como um regime

⁴ Rezio e Silva *apud* Empoli (2020) *ilustra o papel da desinformação com um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), publicado na revista Science, em março de 2018, o qual demonstrou que uma falsa informação tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira. Em contrapartida, a verdade consome seis vezes mais tempo que uma Fake News para atingir 1.500 pessoas. Nas redes sociais na internet, o que vale é o engajamento e pouco importa se esse engajamento é obtido pela propagação de desinformação*

⁵O Anti-intelectualismo é apontado por Jason Stanley (2018) como uma das políticas a ser adotada por fascistas, já que seu uso fundamenta a adoção de uma postura autoritária. Trata-se de uma via que visa atacar todo sistema educacional, tirando a credibilidade e promovendo a resistência ao meio acadêmico.

reacionário de massa. Esse elemento a distingue da ditadura militar – questão muito discutida na esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970. O fascismo é, digamos assim e tomando emprestada a terminologia da biologia, o gênero, sendo o fascismo original e o neofascismo brasileiro duas espécies diferentes do gênero à qual ambas pertencem. Cada uma das duas espécies citadas realiza as qualidades do gênero de um modo particular. No Brasil, o movimento de massa reacionário se formou em 2015 na campanha pela deposição de Dilma Rousseff. De lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista – o bolsonarismo. A crítica desse movimento e do seu entorno, também de classe média, à corrupção e à dita “política do toma-lá-dá-cá” chegou a confundir partidos de esquerda e de extrema esquerda. A ala hegemônica do PT e inclusive a equipe governamental do governo Dilma, embaladas pela ideologia segundo a qual as instituições do Estado burguês são socialmente neutras – o dito “republicanismo” –, acreditaram que a Operação Lava-Jato visava realmente a combater a corrupção, e não a instrumentalizar a luta contra a corrupção em nome dos interesses do capital internacional e atendendo as expectativas ideológicas da alta classe média.

Isso se torna notório diante da política de desconstrução em massa, como a extinção de ministérios, tais quais o da Cultura, por exemplo, a ironia em entregar o ministério do meio-ambiente para um defensor do agronegócio, e, o ministério da mulher para uma antifeminista. É como se houvesse o tempo inteiro uma intensa inversão de valores.

Não tem como se pensar em democracia, diante de todo o caos instalado no país por quatro anos, somado a acentuada construção da extrema-direita bolsonarista. Esse crescimento em massa do radicalismo mostra que ainda que a democracia enquanto regime permita todo tipo de manifestação, deve ter um limite claro, para equalizar a singularidade do sistema.

Neste sentido, merece destaque a teoria do *paradoxo da tolerância* de Karl Popper (1987), que diz que a tolerância ilimitada pode acabar com a própria tolerância. Popper continua a explicar que se a sociedade tolerante não se defender dos ataques dos intolerantes, o resultado final é destruição dos tolerantes e consequentemente da tolerância. Dada teoria se aplica justamente no contexto contemporâneo, e como defende Popper os movimentos que defendem a intolerância devem ser penalizados pela lei.

Isso porque, recentemente, comprovou-se que a ausência de limite, pode gerar mais que um desgaste as instituições democráticas, mas pode também promover seu fim. No dia 08 de Janeiro de 2023, grupo de extremistas-direita bolsonarista invadiram o

Congresso Nacional, Palácio do Planalto e tomou a Esplanada dos Ministérios e Supremo Tribunal Federal. Isso nos remete há dois anos, quer seja, no dia 06 de Janeiro de 2021 quando, apoiadores do ex-presidente americano Donald Trump invadiram o Capitólio, deixando marcas do movimento mundial de extrema-direita.

A invasão de prédios públicos e sua destruição, por si só, já configuram uma violação à democracia. Porém, a desmobilização das forças de segurança pública daquele dia evidenciam que o bolsonarismo deixou raízes nas instituições de governo. E que dado movimento pode produzir silenciosamente a construção para um regime autoritário, ainda que seus defensores acreditem viver sob uma falsa democracia.

Daí a importância da discussão construída neste primeiro capítulo, e a partir deste contexto que se constrói o segundo, em que serão debatidas as diferenças e a evolução das ideologias direita e esquerda. Isso porque nos últimos anos, tem-se confundido constantemente as terminologias, ao chamar, por exemplo, a esquerda de comunista ou a direita de radicalista. Sem contar que as ideologias foram usadas fortemente nos últimos períodos eleitorais, por isso se torna mais relevante ainda sua discussão já que reúne ligação com o presente tema deste capítulo.

2. A DÍADE POLÍTICA: DIREITA E ESQUERDA

Para Norberto Bobbio é de esquerda quem defende a igualdade acima da liberdade, e de direita é quem prioriza a liberdade acima da igualdade. Ou seja, os partidos de esquerda têm como pauta principal os aspectos sociais, veem a distribuição de renda como uma solução a ser efetivada pelo Estado. Enquanto os partidos de direita enxergam a desigualdade como fator inevitável, e desafio que deve ser enfrentado por cada particular (BOBBIO, 2011).

Por exemplo, o racismo para a direita é um problema que deve ser combatido por cada sujeito, mas sabemos que é difícil uma nação ter maturidade para tanto, eis o EUA que tem um racismo estrutural impregnado e que são recorrentes os casos de violência que envolvem racismo no país. Para a esquerda o racismo é uma pauta social e deve ser combatido como política de Estado.

Em uma concepção mais a fundo, Silva *apud* Pereira diz:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto à direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social.

É nítido o quanto os fatores ideológicos são responsáveis pelo posicionamento do eleitor na busca de quem melhor lhe representa. Todavia, nos últimos anos houve grande manipulação terminológica, situação agravada com o movimento bolsonarista. Isso porque o discurso de uma política com total liberdade econômica e desprivatização faziam do Presidente do Bolsonaro, aos olhos de seus seguidores, um representante de direita.

Na sua obra, Bobbio (2001), ao fazer a análise das características do que é direita e esquerda⁶, e colocando o elemento igualdade e desigualdade como principal diferença, reconheceu as críticas que foram feitas na época, e percebeu que não são conceitos estáticos e se moldam conforme a época e lugar. Neste contexto Pereira (2006), diz:

O interesse e a capacidade de promover o desenvolvimento econômico, assim como a liberdade, não distinguem a esquerda da direita. É natural que cada um dos agrupamentos políticos afirme ser mais capaz de uma coisa ou de outra, mas vimos historicamente governos de direita e de esquerda sendo bem-sucedidos e desastrosos em relação a esses dois objetivos políticos.

Todavia, no governo de Bolsonaro não houve constância nas pautas em que ideologicamente se classificaria sua política de esquerda ou direita, tendo em vista que na verdade houve grande desmanche das instituições sociais e de outro lado não houve

⁶ Os termos “direita” e “esquerda” surgiram durante a revolução francesa (1789 a 1799), dada a posição em que os políticos ocupavam na Assembleia Nacional, os que eram a favor do Rei, ou seja, da aristocracia sentavam-se à direita, todavia os contrários republicanos e liberais sentavam-se à esquerda (ALEXANDRE, 2020).

crescimento econômico comparando com os governos de esquerda anteriores a sua gestão liderados pelo Presidente Lula da Silva e Dilma Roussef (EXAME, 2022).

Quando escreveu sua obra definindo esquerda e direita, já no século passado, Bobbio recebeu fortes críticas sobre o uso ultrapassado, seja pela complexidade da sociedade, da oposição entre o comunismo e capitalismo ou de limitar o significado dos conceitos a um recorte histórico. Contudo Bobbio (2001) rebateu severamente as críticas, e disse: *Como fazemos para dizer que as duas palavras perderam o sentido por que um partido que era de direita agora pratica uma política de esquerda, se não continuamos a crer que as duas palavras ainda significam alguma coisa?*

Pois bem, ainda que a política de Bolsonaro não tenha se amoldado a nenhuma ideologia, a problemática não está na complexidade dos termos. Ora, como cita Bobbio em sua obra, o uso dos termos continua sendo centro do debate político. E que a igualdade não é a exclusividade da esquerda, e nem a liberdade exclusividade da direita, ou seja, para Bobbio, a direita e esquerda não têm *conteúdo determinado, específico e constante no tempo*. A título de exemplo cita que o movimento de combate ao fascismo na Itália que foi constituído também pela direita (PANIAGO, 2016).

Além disso, como forma de solucionar a complexidade e modernidade das novas sociedades, Bobbio diz que pode haver uma nova divisão, e que aquelas pessoas ou políticos que não se identificam com as ideias de esquerda ou direita, podem ser de centro, e que esse novo espectro político consegue abarcar os demais. Ainda estende dizendo que pode haver aqueles grupos que podem ser de acordo com o que usamos hoje, centro-esquerda, centro-direita, ou centro-centro.

Esse terceiro incluído é uma forma de em tempos de crises de ideologias, oferecer alternativas que abarquem o que há de melhor entre os dois extremos. Essa terceira inclusão pode ser interpretada como um socialismo-liberal, e diante da evolução das novas sociedades pode ser uma solução para os novos desafios da política (PANIAGO, 2016).

Todavia, nem mesmo novas divisões ideológicas poderiam solucionar a crise⁷ criada nos últimos anos do governo Bolsonaro. Isso porque os elementos que constituem

⁷ Para Almeida (2019) o termo “crise” significa: *compreendo o termo a partir de sua excepcionalidade, da alta instabilidade e pouca previsibilidade, além da capacidade de inflexões e mudanças, sendo mais destruturante do que as situações de tensão próprias da dinâmica política.*

sua política ultrapassaram características ideológicas. Bolsonaro transformou o período ditatorial em mito, transformou a Escola em via de instituição do nacionalismo, com o envio de cartas sobre o hino nacional pelo então ministério da educação, no início da sua gestão. Criou um ressentimento social através da mobilização de setores médios e subalternos, sem contar suas constantes interferências nas instituições da polícia federal, criando uma verdadeira rede de proteção para todos seus atos (ALMEIDA, 2019).

Ainda sim sua gestão continuou a emprestar pautas de direita e de esquerda embora, como já dito, sua política não se amoldou a nenhuma ideologia. Somado a isso, Bolsonaro usou a religião para se autopromover e abarcar a massa cristã e o crescente número de parlamentares no Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, que se nomeiam religiosos. Historicamente, a religião impregnou a direita como sendo uma ideologia positiva e a esquerda, negativa (ALEXANDRE, 2020). Ou seja, é como se a direita fosse o sacro e a esquerda o símbolo político do ateísmo. Ainda que na década passada Bobbio tenha rebatido essa crítica citando esquerdistas cristãos e defensores de direita que eram contra crenças religiosas, como o cientista italiano Vilfredo Pareto, no governo Bolsonaro aqueles que se nomeavam esquerdistas não eram considerados cristãos (PANIAGO, 2016).

A intensa inversão de valores e manipulação de conceitos básicos não colocou apenas a democracia e o estado de direitos em risco, mas mostrou que o bolsonarismo corroe a própria verdade sobre as coisas, já que a principal arma do movimento é a própria desinformação. Isso porque uma informação falsa tem 70% mais chance de ser compartilhada na rede social do que uma verdadeira. Além disso, mensagens sobre política circulam mais rápido que outras temáticas também (MIT, 2017).

É justamente neste contexto que se pretende abrir o último capítulo, para discutir sobre democracia. Depois do estudo da extrema-direita bolsonarista e da crise de ideologias intensificada no governo Bolsonaro, não poderia encerrar o presente trabalho sem discutir os efeitos causados à jovem democracia brasileira, tendo em vista as constantes e intensas ameaças à sua manutenção, enquanto regime.

3. DEMOCRACIA OU ANTIDEMOCRACIA?

De acordo com Kelsen (2000, p.141) a democracia enquanto sistema pode ser entendido **como forma de governo**. E como forma de governar, possui características próprias que lhe distinguem de outros sistemas. Na democracia o governo tem que ser do povo e não para o povo, pois como afirma Kelsen a autocracia, que é o oposto extremo, é um governo para o povo. Canotilho continua a definição: *assim, democracia é um processo de continuidade, transpessoal, irreduzível a qualquer vinculação do processo político com determinadas pessoas* (ALMEIDA, DIEHL *apud* CANOTILHO, 2016). E por fim, Bobbio define:

[...] a democracia é uma das três possíveis formas de governo na tipologia em que as várias formas de governo são classificadas com base no diverso número dos governantes. Em particular, é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, e enquanto tal se distingue da monarquia e da aristocracia, nas quais o poder é exercido, respectivamente, por um ou por poucos.

Não é de hoje que a democracia tem sido questionada em escala mundial como regime efetivo da estabilidade política e soberania popular (GIDDENS, 1996). Ainda que seja um regime político que melhor atende os interesses da coletividade, através do sufrágio universal, tem-se perdido a sua singularidade.

Porque não é um regime perfeitamente alcançado? Talvez porque sua proposta fuja do realismo político, problemática pautada por Maquiavel em sua obra, *O Príncipe*, que traz como principal dificuldade da política, Estado, e governo o uso da realidade de fato, e não da utopia em que pretende se estabelecer um sistema político. Ou seja, o sistema tem que ser de acordo com a realidade fática, e não a realidade ficta e utópica definir o método para se governar. Neste sentido, Maquiavel cita, ainda na obra supracitada:

Muitos já escreveram sobre o assunto, temo que estas palavras possam parecer presunçosas, por discreparem, especialmente neste ponto, das opiniões de outras pessoas. Mas como minha intenção é escrever o que tenha utilidade para quem estiver interessado, pareceu-se mais apropriado abordar a verdade efetiva das coisas, e não a imaginação sobre elas (MAQUIAVEL, 1995, p. 164).

Podemos observar que no processo democrático brasileiro há uma dinâmica diferente. Há atores que se apresentam de tempos em tempos por vias antidemocráticas e que fragilizam a democracia. Como trata muito bem em sua obra, *o pêndulo da*

democracia no Brasil, Avritzer afirma que a democracia brasileira envolve tanto períodos de democracia, como momentos de pura regressão democrática e, portanto, nesse capítulo, serão exploradas importantes considerações feitas na sua obra.

Avritzer defende a tese de períodos democráticos sendo aqueles em que não ocorrem contestações ao processo eleitoral, e de retrocesso àqueles momentos em que não há respeito à dinâmica eleitoral, ou seja, que há questionamentos das vias de exercício da democracia, isto é, da soberania popular. Para tanto, cita o período de 1945 a 1964 e 1994 e 2014, como períodos de expansão da democracia.

O ponto de partida usado por Avritzer para explicar os momentos de otimismo e pessimismo na democracia são as falas de Sergio Buarque de Holanda em que diz que há poucos elementos liberais na formação da democracia brasileira. E, para tanto, cita o período de 1946 a 2017, em que dado lapso temporal não foi suficiente para firmar uma estrutura ideal da vigência dos direitos civis, sendo aqueles imprescindíveis para a estruturação da ordem liberal democrática.

Dando sequência, Avritzer traz os elementos judiciais e civis no Brasil como sendo a primeira incompatibilidade com a ordem democrática estabelecida no Brasil. É como se o processo de elaboração das constituições entre 1946 e 1988, não tivesse em sincronia com a vigência de direitos capaz de consolidar a ordem democrática no país, resultando, depois de um lapso temporal de ascensão da democracia, um período antidemocrático.

Essa ausência de sincronização traz como primeira falha a falta de alinhamento do judiciário na estrutura de divisão de poderes. Neste sentido, Avritzer aponta como o funcionamento da justiça ainda sendo organizado de forma intraoligárquica. O termo é usado no sentido que há momentos históricos em que a atuação do judiciário fugiu dos limites constitucionais e virou instrumento de manobra política, e não de efetivação das garantias individuais, e para tanto cita o período da operação *Lava Jato*.

O segundo elemento que causa a instabilidade nos períodos democráticos, é a falta de tradição da efetivação dos direitos fundamentais consagrados. Neste sentido, Avritzer faz um importante recorte pós *impeachment* da ex-presidente Dilma, segue:

Quando analisamos a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, percebemos a presença do mesmo questionamento por parte das elites às políticas públicas se manifestando mais uma vez no pós-

impeachment. A medida provisória extinguiu todas as secretarias e ministérios ligados à ampliação de direitos ou a políticas distributivas, tais como o Ministério dos Direitos Humanos, das Mulheres, da Igualdade Racial e do Desenvolvimento Agrário.

O terceiro elemento é que continua fortemente presente em cada momento, seja no pico da democracia ou no seu retrocesso, a interferência dos grupos elitizados na influência da construção política democrática do país. Neste sentido, Avritzer traz a tona as ideias de Acemoglu e Robinson, em seu livro *Why Nations Fail*, que enfatiza o papel das elites a longo prazo, e trata dois problemas:

O primeiro deles é a origem das elites no extrativismo colonial e na coerção do trabalho (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 10) **e o segundo é a concepção de democracia e de justiça que as elites têm.** Coerção do trabalho de diversas maneiras é um dos elementos formadores de uma tradição de elites que acentuam as divisões sociais. Evidentemente, no caso do Brasil, estamos falando de elites extrativas e de uma relação de superexploração do trabalho. Esses elementos estão ligados às práticas contemporâneas dessas elites que se expressaram na conjuntura 2013–2018, tais como as características da contração do trabalho doméstico, o rentismo financeiro (Bresser-Pereira, 2017) e, por fim, a revisão da legislação trabalhista, retirando direitos ligados ao trabalho.

Ainda que presente na história os vários elementos supramencionados que desestabilizam ou fragilizaram a democracia, o Brasil é marcado na sua constituição política por instituições de poderes sem processo eleitoral. *O Império e a República Velha podem ser considerados momentos nos quais o arranjo político não contava com praticamente nenhum componente eleitoral* (AVRITZER). Neste sentido:

A primeira experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, foi marcada por forte instabilidade. Três presidentes não completaram os seus mandatos: Vargas, Jânio Quadros e João Goulart. Dois presidentes completaram os seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek. Mesmo assim, ambos tiveram os seus mandatos ameaçados desde o dia em que foram conquistados eleitoralmente. No caso de Dutra, sua eleição foi questionada por não ter alcançado maioria absoluta. No caso de Juscelino Kubitschek, a sua posse foi ainda mais difícil porque ela significava uma retomada da hegemonia política pelo grupo varguista ou pessedista. Assim, nos dois casos de mandatos cumpridos, percebemos as marcas da instabilidade em uma relação que voltará a ser questionada na conjuntura 2014–2018, a saber, a relação entre a eleição e a soberania política.

Contudo, a obra de Aritzer foi publicada em 2018 quando a democracia brasileira não sonhava com o pesadelo que seria estabelecido no período de 2018 a 2022. Este período foi mais que uma regressão democrática, que pode ser entendido como um período de diminuição do apoio à democracia e suas instituições, mas considera-se como um momento que foi antidemocrático, já que houve rupturas radicais e descrença total nas instituições que compõem a democracia, inclusive a credibilidade do processo eleitoral.

Neste sentido, a tese construída por Aritzer, com a discussão que já havia sido feito por Sérgio Buarque de Holanda, em que afirma que, apesar de em toda a história democrática brasileira os problemas que desestabilizam a democracia não terem sido resolvidos, é possível haver ainda democracia. Ainda que estejamos vivendo como usa Aritzer a expressão “processos pendulares”, e não uma construção constante do estado democrático de direito.

CONCLUSÃO

A partir das abordagens construídas nos três capítulos do presente trabalho, é possível concluir que a democracia brasileira vive dilemas que se repetem, a cada ciclo de instabilidade ou ascensão da democracia. E que, infelizmente, essas rupturas fragilizam mais ainda o estado democrático de direito.

Há momentos no recorte histórico em que essas crises se intensificam e produzem maiores danos às instituições estabelecidas pela democracia, como a reconfiguração política provocada pela extrema-direita bolsonarista, que foi um dos ciclos que mais representou o que chamamos de antidemocracia.

É nítido que o perfil neofascista, nacionalista, extremista e a falta de postura de Bolsonaro, enquanto Presidente, foram prejudiciais para a manutenção da ordem democrática. E que o movimento bolsonarista deixou raízes totalmente prejudiciais ao reestabelecimento do estado democrático de direito.

Daí a necessidade do fortalecimento das garantias constitucionais que protegem o sistema da democracia, bem como a imprescindibilidade de não se admitir movimentos que causam a ruptura ou provoquem a descrença nas instituições democráticas. Eis que surge a emergente necessidade da democracia se estabelecer na sua forma singular e constante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alcione de; DIEHL, Rodrigo Cristiano. **Os desafios e as perspectivas da democracia brasileira: diálogos com a contemporaneidade**. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ppds/article/view/16426>. Acesso em: 02 mai. 2023.

ALEXANDRE, Ricardo. **E a verdade os libertará: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo**. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2020.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia no brasil uma análise da crise 2013–2018**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2023.

BOITO JR, Armando. **Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo**. Disponível em file: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/CM_50111119.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Datafolha. **Datafolha: para 50% dos eleitores há chances de o país viver nova ditadura**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/10/19/datafolha-para-50-dos-eleitores-ha-chances-de-o-pais-viver-nova-ditadura.ghtml>. Acesso em: 14 de mai. 2023.

EXAME. Bolsonaro, Lula, Temer ou Dilma: qual presidente conseguiu maior crescimento do PIB?. Disponível em: <https://exame.com/economia/bolsonaro-lula-temer-ou-dilma-qual-presidente-conseguiu-maior-crescimento-do-pib/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita – O futuro da política radical**. Tradução: Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MAQUIAVEL. **O príncipe.** Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

MIT. **Fake News: o que pode ser feito?**. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/fake-news-o-que-pode-ser-feito/>. Acesso em: 04 de jun. 2023.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia.** Ed. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

KELSEN, Hans. **A democracia.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, Matheus Rodrigues dos. **"Brasil Acima De Tudo, Deus Acima De Todos": Uma Análise Dos Usos Do Nacionalismo E Patriotismo Na Candidatura Presidencial De Jair Bolsonaro Em 2018.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/231224/PSOP0713-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 abr. 2023.

STANLEY, Jason. **Como funciona do fascismo: a política do “nós” e “eles”.** Trad. Bruno Alexander. Porto Alegre: L&Pm, 2020.

SIDOU, J. M O. **Dicionário Jurídico**, 11ª edição: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788530973056. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530973056/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

SILVA, Gustavo Jorge. **Conceituações teóricas: esquerda e direita.** Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265/104928>. Acesso em: 29 abri. 2023.

RAMOS, Guilherme Antunes. **Bolsonarismo, conservadorismo e direitos humanos: analisando o papel da ideologia política como condicionante ao pleno exercício dos direitos humanos no brasil contemporâneo.** Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.11, e48071, 2020.

REZIO, Leonardo Luiz de Souza; Silva, Magno Luiz Medeiros da. **Discurso anti-ciência: a desinformação como estratégia de ataque à produção científica.** Disponível

em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66366/36475>. Acesso em: 20 mai. 2023.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/CfL4dNDJTGmPcFtTWzHDkqs/?lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2023.

PANIAGO, José Fernando Toledo. **Conceituação teórica da esquerda e direita no espectro político**. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/paniago_jft_tcc_mar.pdf. Acesso em: 01 mai. 2023.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.